

Qualificação profissional começará no 2º grau

Brasília — Arnildo Schulz

■ Mudanças incluem currículo variado e dispensa de vestibular

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA — Dependendo de decisão do Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir de 98 os alunos do 1º ano do segundo grau, terão acesso a um currículo novo, que o Ministério da Educação (MEC) quer ver aprovado em seis meses. As mudanças no secundário, com base na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), serão estendidas depois às demais séries. De acordo com a proposta, anunciada ontem pelo ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, as escolas, que

hoje cumprem 2.400 horas/aula durante o ano letivo, deverão destinar 25% da carga horária (600 horas) a um currículo diversificado, que prevê, inclusive, a pré-qualificação profissional de alunos que não desejam fazer o vestibular.

As mudanças em discussão, segundo o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, já foram discutidas com os secretários de Educação que receberam bem as propostas. “O segundo grau enfrentou crises nos últimos anos, e o seu conteúdo não está preparando os alunos de forma adequada”, disse o ministro.

A organização curricular proposta pelo MEC prevê uma base nacional comum de matérias, que

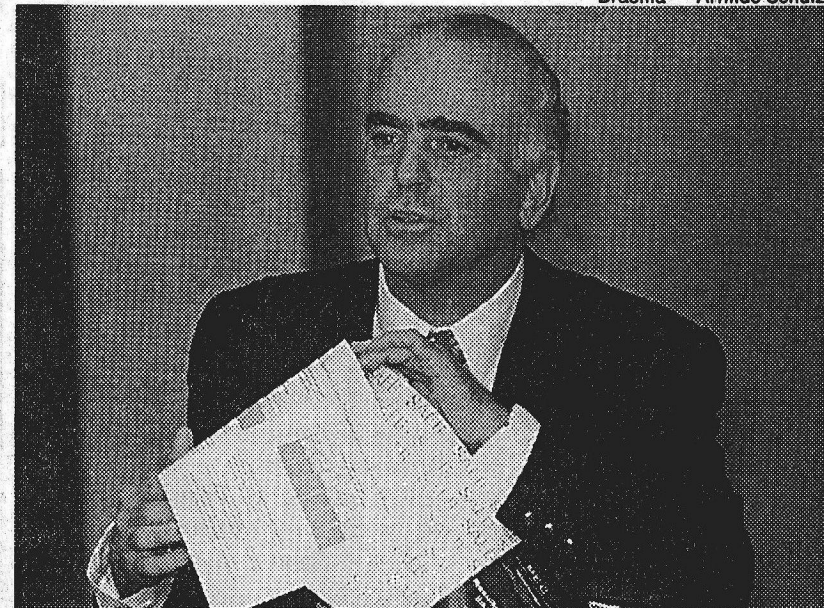
não exclui as disciplinas mas que deverá mudar o enfoque que vem sendo dado. Alunos com mais de 18 anos poderão queimar etapas (um tipo de supletivo), para acelerar a conclusão do curso.

O MEC vai estabelecer as habilidades que devem estar absorvidas ao término do segundo grau pelos alunos. As disciplinas estarão agrupadas em três áreas de conhecimento: códigos e linguagens, sociedade e cultura e ciência e tecnologia.

“Caberá aos estados deliberar sobre o conteúdo da parte diversificada do currículo (600 horas/ano), abrindo perspectivas para os alunos que desejam investir na vida acadêmica e para os que optarem por disciplinas que poderão deixá-los

qualificados para enfrentar o mercado de trabalho em nível médio”, afirmou o ministro Paulo Renato Souza.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), houve uma “flexibilização” no ensino básico. Dessa forma, os conselhos estaduais terão liberdade para mudar os ciclos de avaliação, introduzir o aprendizado por módulos e agrupar matérias. As mudanças visam valorizar as habilidades dos alunos e a sua vocação. O MEC também vai investir na formação de professores. Um dos projetos, o **Pró-Ciências**, já está sendo desenvolvido, e conta com R\$ 60 milhões de reais para os próximos três anos.



Paulo Renato de Souza quer ver propostas aprovadas em até seis meses